

UNIDADE E LUTA! Construindo o VAMOS À LUTA NACIONAL!

UNIFICAR AS LUTAS PARA ENFRENTAR A CRISE ECONÔMICA E OS ATAQUES AOS TRABALHADORES

As mudanças no mundo, tanto econômicas, como sociais e culturais, não trouxeram soluções aos problemas do povo, ao contrário retiraram direitos, oprimiram, trouxeram guerra, pobreza e misérias. Isto nos faz refletir sobre o modelo capitalista em que vivemos. No XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp convidamos tod@s @s companheir@s a ler a tese do coletivo *UNIDADE E LUTA - VAL* e a refletir conosco, buscando juntos ações e proposições que tragam respostas aos ataques dos governos e reitores de plantão, construindo um novo sistema social.

1.CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

A crise econômica mundial tem efeitos catastróficos sobre o povo. A desaceleração chinesa, os conflitos no oriente médio e na África e a dificuldade de crescimento na Europa geram instabilidade no mundo todo. Mesmo a pequena recuperação dos EUA não é capaz de impulsionar um novo ciclo de crescimento econômico. A fórmula do capital para lidar com esse cenário e as crescentes tensões decorrentes dele é intervenção militar e ataque aos direitos sociais e democráticos, com impacto recessivo sobre a economia. Neste contexto ganha destaque a ofensiva militar imperialista ganha destaque, como as intervenções nos países árabes para controlar os processos insurrecionais e assegurar o controle sobre os recursos nacionais, a exigência de política de austeridade (redução de salários, supressão de empregos e cortes de pensões), além da barbárie com as mortes dos refugiados em alto mar, impedindo-os de chegar aos países mais abastados da Europa.

É hora de pautarmos novamente o socialismo como modelo de superação das mazelas do povo!

O OCEANO AINDA É O CEMITÉRIO DOS OPRIMIDOS

Lamentavelmente, ainda assistimos as mortes e as atrocidades causadas pelos países mais ricos sobre os mais pobres. Após explorar as riquezas, promover guerras e dividir territórios colocando povos em guerras civis. Assistimos a um processo migratório no qual as pessoas são deixadas para morrer e países levantam muros, fechando fronteiras. Não existe uma política para resolver os conflitos territoriais porque isto não interessa ao capitalismo. Toda a comoção mundial com a morte de homens, mulheres e crianças, não é o suficiente para os líderes mundiais repensarem o modelo de exploração atual. Isto ocorre também na América, com a migração dos Haitianos, que sofrem a ausência de política para a solução da situação dramática daquele país, que além dos desastres naturais, também passou por governos ditadores e corruptos, intervenções militares estrangeiras e boicote dos países ricos desde sua independência.

O BRASIL NO OLHO DO FURACÃO

O segundo mandato do governo Dilma, já quase paralisado, traz a marca da corrupção e da ausência de condução política, fruto da combinação entre uma base política fisiológica e as podres regras do jogo institucional, baseado em trocas de emendas, cargos e recursos públicos descaradamente privatizados, em nome de uma já sem sentido governabilidade. Mas o perfil político do Governo é definido, para além das privatizações de aeroportos e campos de petróleo, dos ataques à saúde pública com caminho aberto para a privatização dos hospitais universitários a partir da EBSEH/Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, esse é um governo do ajuste fiscal e da repressão e criminalização dos que lutam por garantia de direitos.

O governo do PT entregou o comando da nação ao grande capital, aos banqueiros. Não por acaso a economia foi entregue à Levy, um voraz crítico do que restou do sistema de proteção trabalhista, traz enorme satisfação aos agiotas internacionais. Os ministérios de Dilma foram entregues a quem pagava mais, deixando a condução das políticas nacionais nas mãos dos grandes mercenários do país. O segundo mandato de Dilma já nasce em débito, seja pela falta de investimentos em infraestrutura, que se evidencia com a generalização da crise hídrica e energética, ou pelo aumento de impostos, para cobrir os rombos da Petrobrás e do superávit necessário para alegrar os especuladores. Esse não é um governo progressista. Trata-se do seu oposto! Sob o comando do PT/PMDB, o projeto para o Brasil nesta década é o aprofundamento de um Estado mínimo que retira os direitos sociais, ambientais, humanos, trabalhistas e democráticos, e cada vez mais atrelado aos interesses do grande capital. Dilma segue repassando serviços para a iniciativa privada, financiado pelo dinheiro público, na saúde, na educação e reduzindo ao máximo o tamanho dos aparelhos sócias do Estado. Mesmo com todo o malabarismo político o governo não controla a crise econômica que cresce a cada dia, muito menos diminui as disputas rasteiras na câmara e no senado. A crise do palácio ocupa espaços nas ruas, conduzidos por setores conservadores do país. Neste marco, trabalhadores de diversas categorias resistem com greves! Enfrentar as políticas do governo é necessário, porém precisamos ter claro que não avançaremos fazendo coro com a direita e aqueles que sempre usurparam as riquezas do Brasil.

GOVERNO DILMA NO FIO DA NAVALHA

A política econômica dos governos PTistas, calcada na lógica do consumo se esgotou em 2014. O governo em frangalhos já assume que faltará de recursos para as políticas sociais em 2016. A população está cada vez mais endividada, enquanto empresários e banqueiros tem lucros recordes. A corrupção cresce financiada pela administração desastrosa na Petrobrás. A derrota deste modelo deve-se também as alianças feitas para garantir a vitória eleitoral. Hoje a crise no governo ultrapassa a questão econômica: é política. Dilma tenta salvar seu mandato e para isso vale tudo: política de austeridade, cortes dos salários dos servidores públicos, diminuição das políticas sociais e mais impostos sobre a população (a exemplo da tentativa de retorno da CPMF). No campo político a regra é fazer acordos com o presidente da câmara Eduardo Cunha que embora seja do partido da base do governo faz oposição sistemática a presidenta e, assim como este, vive um momento delicado com as denúncias de corrupção.

E assim, segue a disputa pelo poder: o PSDB e seus aliados tentando fragilizar e derrubar Dilma para avançar na retirada de direitos e concluir as privatizações. Nenhum destes projetos serve para a classe trabalhadora. Temos que criar alternativas para a classe, unificar a luta dos trabalhadores, nos preparar para os embates que virão independente do governo de plantão. Não podemos recuar, pois a crise se aprofundará no próximo período. Temos que estar preparados para enfrenta-la e superá-la.

EM SÃO PAULO, ALCKIMIN: ÁGUA SÓ EM MARTE!

São Paulo vive há mais de 20 anos com a política de desmonte do PSDB. Neste último período a educação é a bola da vez! Massacra os professores, não dá reajuste, fecha salas de aula, e usa a PM como único instrumento de “diálogo” com os secundaristas e educadores. A juventude sofre com o governo que fecha escolas e abre cadeias, ficando vulnerável com o aumento da violência e a manutenção da política de genocídio da juventude negra. A crise hídrica é outro fator preocupante. O governo sabia, há mais de 5 anos, que atravessaríamos um período de seca e nada fez para enfrentá-lo. A falta d’água trará consequências graves, com o desabastecimento nas casas e pânico na população. No mercado de trabalho empresas começam a desacelerar a produção, aumentando as demissões e a queda na arrecadação. Este governo também está mergulhado em uma onda de denúncias de corrupção, porém tem a maioria na Assembleia Legislativa o que torna difícil aprovar investigação de qualquer denúncia contra o Alckmin. Para enfrentá-lo propomos:

-Articular a criação de Fórum em Defesa da Educação

-Participar dos atos contra o fechamento das escolas com os estudantes secundaristas

-Realizar campanha “Fora Alckmin”

2.A UNICAMP E SUAS TRANSFORMAÇÕES: POR FORA BELA VIOLA, POR DENTRO...

A Unicamp aproxima-se de seus 50 anos e vive um momento contraditório. É reconhecida como uma das melhores universidades da América Latina e, em sua estrutura interna é autoritária e privilegia apenas um segmento da comunidade: os docentes, ignorando estudantes e os técnicos administrativos. A reitoria Tadeu mergulha em um período em que tem de apresentar respostas efetivas ao setor que o elegeu. Ao completar dois anos de mandato, Tadeu não cumpriu as principais propostas de seu programa. A isonomia, carro chefe da campanha, não foi cumprida no tempo prometido, só avançando por conta da greve. A mudança de regime se encontra aguardando a decisão judicial, expondo os trabalhadores que optaram pela alteração a prejuízos e insegurança. O Sistema Educativo continua aguardando a certificação prometida para o primeiro ano da gestão, bem como as mudanças estruturais no PPP. Como se não bastasse tudo isso, as denúncias de supersalário vieram finalmente à tona, evidenciando desigualdades gritantes nos salários do

conjunto de trabalhadores da universidade (ver:<https://unidadeeluta.wordpress.com/>). Isto mostra à categoria que não basta eleger um candidato menos pior, pois nenhuma conquista virá sem organização e luta! E hoje os trabalhadores conseguem ver que Tadeu só repete a política de seus antecessores: evitar a "fuga dos cérebros" e garantir privilégio aos docentes, ignorando a rotatividade dos técnicos e o avanço da terceirização.

Para que de fato tenhamos mudanças na universidade, temos que organizar a luta radical pela democracia na universidade: PARIDADE - trabalhadores com peso igual no voto para consulta de reitor, representatividade de igual peso nos fóruns decisórios da universidade como o CONSU e direito de votar e ser votado para Direção de Unidades e Reitoria. É fundamental, a organização e unidade dos trabalhadores e que o STU represente de fato a categoria na luta por um projeto que dispute de verdade o modelo de universidade voltada para a sociedade, dentro e fora da Unicamp!

O Plano de gestão de Tadeu que atraiu o voto da maioria dos trabalhadores técnicos administrativos está se desmanchando por falta de políticas concretas para ser efetivados ou erros na execução, mostrando a fragilidade daquela retórica eleitoral. A carreira repetiu ensaios de anos anteriores só que desta vez com toques de modernidade: as contribuições poderiam ser encaminhadas online, a partir de um GT criado pela reitoria, com a presença de dois diretores do STU (Luri e Kiko) – que infelizmente não informavam a categoria das propostas e disputas - e novamente não cumpriu o papel de mudanças reais no modelo de carreira na universidade.

2.1.ÁREA HOSPITALAR

Na Área de Saúde há problemas que vão desde questões salariais, condições de trabalho, assédio moral, acúmulos de tarefas, tripla jornada de trabalho e doenças ocupacionais. Com mudanças imperceptíveis aos olhos dos trabalhadores, as novas ferramentas de trabalho e a dinâmica de funcionamento mudou tanto as relações pessoais - devido à sobrecarga de trabalho, quanto o ambiente - devido às reformas para expansão do atendimento. Isto se deve a postura de sucessivas administrações que buscaram barrar a organização dos trabalhadores naquela área. A expectativa da aplicação das trinta horas trouxe avanços e problemas para os trabalhadores. Avanço por conta da vitória de um pleito histórico da luta. A implementação das trinta horas é, sem dúvida nenhuma, uma realização para aqueles que durante anos defenderam e acreditaram nesta bandeira. Porém, a forma com qual ela foi aplicada gerou transtornos: sobrecarga de trabalho, devido à falta de contratação de trabalhadores para completar o quadro; mudança de horários, falta de estrutura para atender aqueles que saem do trabalho e a incompreensão das chefias que exigem que os trabalhadores ainda façam a mesma quantidade de serviço de uma jornada de 40h. O STU tem que definir uma política de organização por local de trabalho e influenciar na eleição dos gestores da Área de Saúde construindo uma plataforma política que atenda à luta dos trabalhadores. A área de saúde deve ser entendida como um complexo hospitalar. Defendemos:

- Criação de plenárias com políticas permanentes mensais na área de saúde
- Criação de uma subcomissão do CR para a área de saúde
- Participação política no processo de escolha do superintendente do HC e diretor do Caism e FCM, construindo uma plataforma de reivindicação e debates
- Instalação imediata da sub sede do STU no HC ou nas imediações da área de saúde, com pontos de mídia digital “Out off home” (TV que passa notícia em tempo real) nos locais de acesso dos trabalhadores
- Luta contra o assédio moral
- Realização de seminários permanentes sobre sucateamento
- 30hs no Hospital de Sumaré
- Projeto político para a área de saúde
- Boletim eletrônico específico para área de saúde.

2.2.SISTEMA EDUCATIVO

O sistema educativo da Unicamp, hoje com o nome de DEdIC (Divisão de Educação Infantil e Complementar), sofre nos dias de hoje as consequências das últimas gestões da Universidade e da própria Divisão. A tentativa de desmonte criou um sentimento de desconfiança e abandono entre os funcionários lotados nessa unidade. Como o projeto anterior era um desmonte parcial (ficar apenas com os anos iniciais), não houve preocupação com o credenciamento das creches. Sendo assim, sem o credenciamento outras situações foram encadeadas, como abandono da estrutura física, não contratação de funcionários para repor os que foram aposentando ou saindo da unidade, entre outras. Nesta gestão o programa definido pelo reitor prevê um novo PPP Plano Político Pedagógico para a regulamentação do credenciamento e assim implementação de um terço da jornada de trabalho que será destinada para planejamento formação etc. Este era o principal eixo da proposta para este setor. Porém após dois anos de gestão o que avançou foi apenas o PPP e o credenciamento que está aguardando as deliberações legais por parte do estado. Nestes dois anos o setor já realizou algumas ações específicas dentro do período da data para reivindicar a sua pauta específica, Também ocorreram alguns embates internos devido a divergências com equipe da direção indicada pelo reitor. O STU reconhece a importância do setor para as mobilizações de greve, e entende ser necessário maior atenção para que as pautas sejam atendidas urgentemente, pois o problema do sistema educativo na universidade já se tornou crônico, o que gera conflitos entre os trabalhadores. Também a falta de apoio e política definida pela administração central às chefias imediatas é outro motivo de tensão. O sindicato tem de criar uma política que dispute o PPP envolvendo as educadoras e pais. Propomos:

- STU promova um encontro sobre a educação infantil na UNICAMP
- Defesa da ampliação do sistema educativo com qualidade
- Realização de seminários permanentes em defesa da educação e do sistema educativo
- Participação ativa das educadoras no seminário Paulo Freire com a tarefa de debater a questão do sistema educativo da universidade
- Promover o encontro das educadoras da UNICAMP, USP e UNESP e Centro Paula Souza

3.SINDICATO É PARA A LUTA

O coletivo UNIDADE E LUTA DEFENDE O SINDICATO COMO UMA FERRAMENTA DE LUTA! O STU tem de ser uma frente dos trabalhadores que busque resolver os problemas da categoria sem perder de vista a luta mais ampla. Manter independência frente ao reitor, autonomia dos partidos e ter um diálogo permanente com a sua base. Defendemos que a proporcionalidade é um modelo que deve ser mantido, pois não se mede a eficácia deste modelo por um ano de gestão.

3.1.BALANÇO DE 1 ANO DE GESTÃO DA DIREÇÃO DO STU

A proporcionalidade já foi experimentada outras vezes no STU com muito sucesso, por isso, no último congresso, a categoria avaliou que deveria pôr fim ao sistema majoritário, onde só um grupo dirige o sindicato. Nessa nova experiência, a proporcionalidade aumentou a dinâmica do STU, mas também as limitações das correntes em dialogar entre si e com a categoria construindo pautas mais unitárias. Frentes como assédio moral, educação infantil e terceirização subiram para um patamar mais sólido de construção junto à categoria, onde diversas correntes passaram a se inserir nos debates e disputar os espaços que essas pautas abriram. Mas o benefício da proporcionalidade não foi só visto nas pautas tidas como setoriais. A campanha salarial e demais lutas gerais da entidade passaram a ser tratadas com maior horizontalidade junto à categoria, que se tornou sujeito mais ativo e mais importante nas campanhas. Porém a atual dinâmica de alguns setores de não disputar a direção em suas instâncias, apostando no simples desgaste do modelo proporcional e da entidade, força um cenário de guerra política frente aos trabalhadores. Sem nenhuma mediação política das divergências e sem intenção de realmente assumir responsabilidades de direção, essa postura acaba por colocar a própria entidade em descrença, fragilizando a categoria e seu potencial de luta. Se o método de boicote sistemático à entidade não for superado, pode-se jogar por terra as potencialidades da proporcionalidade, mas pior que isso, joga toda a entidade e a luta da categoria na vala comum dos sindicatos burocratizados e descolados da base. Hoje o nosso maior desafio é resgatar a entidade como representação da categoria. A categoria precisa saber que o que for decidido coletivamente será executado, nem que para isso seja necessário que as correntes minoritárias passem a atuar com

um papel de fiscalização. Sem essa confiança, por hora perdida, a categoria não sente nenhuma vontade de disputar e participar dos espaços da entidade, condenando o STU ao aparelhismo de quem o dirigir.

3.2. Proporcionalidade um breve comentário

Esta proposta faz parte do DNA da entidade. Desde a ASSUC, em 1990 a oposição ganhou a direção da Associação com a montagem de uma chapa proporcional, aprovada em convenção (prévia). Já o sindicato viveu esta experiência nas urnas na década de 90, com a participação de cinco chapas, na primeira experiência. Durante três gestões o sindicato foi coordenado por este modelo.

O QUE É PROPORCIONALIDADE DIRETA NA BASE? É uma forma de organização sindical, onde todas as correntes políticas de pensamento reconhecidos na categoria irão compor a direção, de forma proporcional ao número de votos obtida em uma eleição, única e plural. É a forma mais democrática de escolha de direções. Esta gestão é regida pela proporcionalidade qualificada na base, que coloca uma linha de corte de 10%, quem não atinge fica de fora da direção. Entendemos que esta proposta embora ainda não seja a ideal é um avanço na atual conjuntura. A proporcionalidade não pode ser o limitante para a construção da luta, o sindicato deve ser uma FRENTE DE TRABALHADORES e não uma correia de transmissão de um grupo. Defendemos que a proporcionalidade seja referendada neste congresso, pois garante a representação democrática dos trabalhadores da Unicamp dentro da instância que os representa. Este é um caminho para estabelecer o equilíbrio dentro da direção do STU, não tendo como principal objetivo a disputa política pelo poder, mas sim a defesa de todos os trabalhadores.

3.3. As Mobilizações de 2015 na UNICAMP: reflexo de 2014

A campanha salarial de 2014, iniciada em seguida a antecipação das eleições do STU, expôs fragilidades na condução do movimento, pois não houve qualquer definição estratégica da luta. Após cem dias de greve, havia uma estafa na maioria dos grevistas. A reitoria da USP blindou-se, com a conivência dos outros reitores, submetendo a deliberação de reajuste ao CONSU e judicializando a greve. O fato de não haver linha política em nossa greve, possibilitou que parte da direção insistisse na manutenção de uma greve de vanguarda, aguardando o resultado da justiça, enquanto a outra grande corrente da entidade optou por abrir mão da direção da greve, ambas táticas que criaram grande divisão na base. Já em 2015 não houve centralidade na campanha salarial. O F6 mobilizava contra os cortes do Alckmin, indicando mobilização na ALESP, e o STU apontava para a ISONOMIA. O índice salarial, neste cenário, foi secundarizado. Com a retirada da proposta de cortes de verbas, a campanha salarial conjunta perdeu o fôlego para a deflagração de greve pelo reajuste, e assim o CRUESP impôs a política de reajuste parcelado. Frente a isso, nossa assembleia acatou o acordo que avançava timidamente na concretização da ISONOMIA. A divulgação dos salários da UNICAMP, imposta pela Justiça, causou indignação na categoria, insuficiente para uma grande

mobilização. Mesmo pequena, a greve durou uma semana e cumpriu o papel de expor os privilégios de alguns setores. Sem adesão da categoria, o que ocorreu foi um movimento espontaneísta e vanguardista, dividindo a base e isolando o sindicato - mais um erro metodológico, visto que desgastou ainda mais a entidade, banalizando seu maior instrumento de luta, que é a greve. Tadeu ainda mantém certa hegemonia sobre parte da categoria, expressa na política de um setor do STU.

Apontamos aqui alguns eixos de luta e atuação:

-STU é oposição à reitoria

-Criação de uma frente de trabalhadores composta pelos técnicos administrativos da UNICAMP, USP, UNESP e CENTRO PAULA SOUZA

-Criação de um Projeto de carreira único para os trabalhadores das universidades estaduais paulistas, com piso e teto salarial isonômico

-Criação de um projeto único das Instituições de educação do ensino superior. Campanha de denúncia de desmonte da educação no estado de SP com as universidades e os professores secundarista

4.Assédio Moral: uma vitória da categoria.

A luta contra o assédio moral sempre esteve presente nas reivindicações do STU. Em 2009 houve um ápice nesta queda de braços contra a reitoria, onde o sindicato moveu uma ação junto ao Ministério Público do Trabalho – MPT, e este obrigou a UNICAMP a reconhecer o assédio e ter medidas concretas para acabar com ele. Como pouco avançou de lá para cá, este ano a universidade teve uma de suas maiores derrotas em relação ao assédio moral. Novas denúncias no MPT fez com que a universidade fosse chamada a assinar o Termo Ajustamento de Conduta/TAC, com a presença do STU e a ADUNICAMP. O TAC é um conjunto de medidas que visa regulamentar as relações entre chefias e subordinados. Este fato colocou a reitoria contra a parede, pois o não cumprimento do TAC leva a universidade a pagar multa de R\$50mil. Além deste fato, os subordinados poderão avaliar suas chefias e o STU poderá encaminhar todas as denúncias de assédio ao órgão competente da universidade, que terá de seguir e respeitar os itens da assinatura do acordo, dando maior confiança para quem denuncia e maior poder ao sindicato. Vitórias dos trabalhadores!

5.Conselho de Representantes/CR

O Conselho de Representantes – CR do STU é a expressão da busca da participação ativa da base no sindicato. Infelizmente, nos últimos anos este espaço está carente de política e de participação. Precisamos resgatar o CR como um fórum que contribui para vida ativa da nossa entidade, delegando a ele as tarefas políticas que aproximem a direção do STU da categoria. É necessário definir um novo calendário de eleição para o CR e uma ampla campanha, mostrando a importância da sua existência. Com a realidade que a

UNICAMP atravessa, propomos a articulação, dentro do CR, dos representantes da área de saúde, com calendário próprio intercalado com as reuniões ordinárias do CR, para articular as lutas específicas daquela área com suas especificidades.

6. Uma nova dinâmica para o Congresso do STU

O Congresso do STU, sem dúvida, tem uma dinâmica bem diferente de vários sindicatos no Brasil, na tentativa de realizar o debate com todos os trabalhadores independentemente de ser filiado ou não à entidade. Porém o congresso dos trabalhadores da UNICAMP é a instância máxima do STU, onde se altera a vida do sindicato, votando alterações estatutárias, questões financeiras etc. Sendo o congresso a instância soberana do STU, define o rumo político da nossa entidade, propomos uma alteração na forma de realização do congresso, de forma que possibilite a participação apenas dos sócios da entidade, tornando-os inclusive delegados natos ao congresso. Esta mudança fará com que os sócios tomem em suas mãos os rumos da entidade, não só no processo eleitoral, mas também nas decisões políticas e estruturais da entidade. Também fará com que os militantes busquem novas filiações e conheçam os sócios da entidade de verdade. Para não excluir a participação dos não filiados, propomos que participem do congresso como observadores, com direito a voz, sem direito a voto, bem como a realização de plenárias preparatórias abertas a todos os trabalhadores sócios e não sócios para debater previamente os temas, ao longo de um ano antes do congresso.

7. Funcionamento do Comando de Greve/CG

Nas últimas greves temos assistido debates de como deve se comportar o CG: deve ser aberto ou ter representantes indicados das unidades em greve? O Comando tem papel fundamental na greve, desde pensar a política até sua estrutura, mas também tem o papel de enraizar a greve dentro da universidade. Por isso defendemos que o CG regulamentado seja uma instância estatutária do STU e constituído por representante indicado das unidades, aplicando-se proporção referente ao tamanho da unidade. Os aposentados poderão indicar seus representantes pela Assembleia Geral (AG) dos aposentados convocada para este fim. Isto garantirá que não haja distorção na hora de votar decisões polêmicas referentes à greve, com unidade de menor número tendo o mesmo peso de uma unidade três vezes maior. Isto garantirá a responsabilidade política do comando, onde tanto a direção sindical quanto os trabalhadores da base saberão quem são os representantes no comando e qual a sua tarefa ali. O representante da unidade tem a tarefa de organizar a unidade no intuito de debater a greve, propor formas de construir o movimento, trazer informes de sua unidade para as reuniões do CG, levar a deliberações da reunião do CG para unidade e votar nas reuniões do CG de acordo com as propostas debatidas nas suas unidades. É saudável que a unidade aplicar a rotatividade de seus representantes na reunião ou substituí-lo se necessário. O número de delegados do CG na unidade acompanhará o seguinte critério: Unidade 0 a 20 = 1 delegado. De 20 a 50 = 02, de 50 a 80 = 03 etc, unidades sem greve terão direito a 1 delegado, mas assim como nas unidades em greve o delegado tem que ser eleito na reunião da unidade chamada para esse fim.

8.O STU E CONSU

A eleição do conselho universitário na universidade é organizada pela própria instituição, com candidaturas individuais, o que faz com que sejam eleitos sem nenhum debate efetivo com a categoria ou programa. Tal forma de eleição permite que o representante não assuma nenhum compromisso coletivo, votando muitas vezes contra os trabalhadores e a favor do reitor. Grupos que servem de base da reitoria conseguem o maior número de cadeiras, prometendo aos trabalhadores, por estar perto do reitor, resolver seus problemas, o que na prática não ocorre! Eles sequer retornam para dizer o que e como estão votando nas reuniões. O CONSU é o órgão máximo da universidade e os trabalhadores tem um número reduzido de representantes. Na nossa avaliação o STU deveria de ter uma atuação mais ativa ao processo. Organizando uma chapa, através de uma assembleia, onde tenha um programa previamente definido construído junto com a categoria. Desta forma o representante terá o compromisso de cumprir o programa e prestar conta à categoria que elegeu. Também teria a estrutura do sindicato para ajudá-lo em sua campanha e mandato. Isto significaria ter uma bancada verdadeiramente comprometida com os trabalhadores, deixando de fora aqueles que se elegendam para defender o patrão.

9.APOSENTADOS

Nos Governos de Lula e Dilma os ataques aos servidores ativos, aposentados e pensionistas foram aprofundados. Ainda que carregassem como bandeira a defesa dos direitos desses setores, tanto Lula como Dilma atuaram na lógica de desmonte da previdência e do funcionalismo públicos.

Desde a Reforma da Previdência em 2003 os governo do PT estão fazendo coro com seu antecessor, FHC, reafirmando que “os aposentados são um grande problema para o Brasil”. Sob a falácia da falência do INSS os governos PTistas intensificaram o arrocho aos direitos dos trabalhadores focando especialmente nos aposentados e pensionistas, que erguerem esse país e agora se veem abandonados pelo Estado e com seus parques direitos ameaçados. Os projetos de lei e medidas provisórias que aumentam a idade mínima para aposentar, restringem o acesso à pensão e que desvinculam a aposentadoria e pensão do salário mínimo são alguns dos ataques que o governo disferiu sobre esse setor mais vulnerável da população.

A Unicamp, nos próximos 5 anos terá um número expressivo de trabalhadores se aposentando. Por isso, cada vez mais, a Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria deve gerar política para o setor. Neste sentido atuamos de forma a garantir aposentados os mesmos direitos dos trabalhadores da ativa e criar políticas socioculturais. O STU, no próximo período, deverá ter um olhar mais atento a este setor, pois ele terá um crescimento grande e teremos que construir um diálogo necessário para responder as especificidades de quem já não terá uma participação cotidiana em nossa universidade. É importante dizer que, para uma parte da diretoria, este segmento da categoria não tem a menor importância, mas para nós do

Unidade e Luta, é fundamental para existência do STU. Deste modo, propomos:

- Extensão do auxílio alimentação aos aposentados
- Luta pela recomposição do poder aquisitivo do aposentado CLT
- Ampliação a relação sociocultural dos aposentados com o STU
- Fortalecimento da Coordenação de Aposentados do STU
- Promover o encontro de aposentados da Unicamp
- Política de acolhimento aos aposentados
- Melhoria de contatos com os aposentados
- Participação ativa nos fóruns e espaços políticos correspondentes a este setor

10.UNIDADES EXTERNAS

Neste último período o STU deu um grande salto nas unidades externas: Limeira, Piracicaba, COTUCA, CPQBA e CIS Guanabara – mas entendemos que ainda não conseguimos gerar políticas permanentes nestes locais. O exemplo disto é a distância que ainda temos no Hospital de Sumaré, que tem uma nova forma de contratação.b

A gestão passada ampliou o atendimento jurídico a estas unidades, realizou atividades, porém ainda não temos um espaço permanente em todas estas unidades. Já avançamos em Limeira e Piracicaba com este debate e com local permanente, mais ainda é insuficiente, pois temos que criar uma política cotidiana e real para estes companheiros. Ainda falta o STU se fazer mais presente no COTUCA e CPQBA. Mas ter espaço sem uma política consistente e contínua não dá conta de integrar esses trabalhadores, por isso propomos que o STU aproxime o campus de Barão Geraldo para os demais Campis de forma que a realidade discutida aqui seja a mesma nos demais locais em tempo real. Sendo assim, defendemos:

- Criação da figura do diretor itinerante
- Parceria com as associações de Limeira e Piracicaba
- Realização de seminário para definir políticas e ações junto aos campi externos
- Plenárias mensais e permanentes nas unidades externas
- Boletim eletrônico específico para estes campi
- Pontos de mídia digital nos locais de acesso dos trabalhadores

11.FUNCAMP

Precisamos separar o debate sobre a FUNCAMP e os Trabalhadores da Funcamp. Entendemos que os trabalhadores FUNCAMP são da Unicamp! Desde 1999 a luta dos trabalhadores da Funcamp tem sido uma pedra no sapato dos gestores e da reitoria. As reivindicações têm se dado através de denúncias, ações trabalhistas, criação de comissões de negociação, mobilizações e greves, tudo isto seguindo as instruções do STU, mesmo estando ligados formalmente ao SEAAC.

Em diversos momentos os trabalhadores FUNCAMP participaram da luta de forma conjunta, foi assim na greve de 2000, e nas mobilizações nos anos seguintes. Aguardamos o desfecho deste processo sobre a representatividade sindical, entretanto, o STU já tem o reconhecimento político dos trabalhadores da Funcamp e os acolhe em seu estatuto, desde direito ao voto em todas as instâncias de deliberação até a participação na diretoria. Hoje a situação dos companheiros da Funcamp é mais alarmante. Com a expansão do atendimento da Unicamp, ampliou-se o quadro de trabalhadores, principalmente na área de saúde, mas recebem salários e benefícios diferenciados, além de sofrerem assédio moral e serem vítimas de demissões arbitrárias. Para que possamos ter êxito na nossa luta, é preciso derrotar o SEAAC política e juridicamente, pressionar a reitoria para acabar com as fundações e absorver em seu quadro os trabalhadores Funcamp.

Acreditamos que é o momento de mudar de tática, pois podemos não ter êxito na luta jurídica. É necessário criar uma mobilização para que os trabalhadores façam o desmembramento do SEAAC, criando um Sindicato dos Trabalhadores FUNCAMP e Terceirizados. O STU tem de ser protagonista desta ação oferecendo toda a estrutura e sendo o sindicato coirmão para uma posterior fusão. Nossas propostas:

- Organizar a comissão de trabalhadores da Funcamp, garantindo representatividade por local de trabalho rumo a criação do sindicato dos trabalhadores da FUNCAMP e Terceirizados
- Dar status de direção junto ao STU à comissão
- Cobrar a lei de acesso à informação em relação aos contratos da fundação
- Realizar um encontro dos trabalhadores da Funcamp, com a finalidade de definir uma política de enfrentamento e criação de um sindicato
- Unificar a data-base da Funcamp-Unicamp
- Lutar pela ISONOMIA de tratamento com os trabalhadores da Unicamp
- Fazer uma campanha contra o assédio moral
- Lutar pela participação dos trabalhadores nos espaços decisórios da universidade

12.Plano de Lutas

-Lutar pela desmilitarização da PM

-O STU em conjunto com FASUBRA realizem ações de formação sindical, para refletir sobre o histórico do movimento sindical, visando o debate sobre a importância de se construir o sindicato e ações coletivas em defesa da Universidade Pública, valorização da carreira e demais pautas

-Fora as tropas Brasileiras do Haiti

-Organizar os trabalhadores das universidades públicas junto com a FASUBRA

-Repudiar a intervenção militar dos países desenvolvidos no norte da África o no oriente

-O STU deve apoiar participar e propor de iniciativas de agenda de mobilizações dos trabalhadores em 2016 em defesa da universidade pública e dos trabalhadores em geral contra a retirada de direitos

-STU deve lutarem conjunto com os movimentos populares em defesa da reforma agraria

-STU deve lutar em defesa do meio ambiente em defesa da agua

-STU deve manter sua autonomia e independência frente à reitoria e oposição à atual reitoria TADEU/ÁLVARO

-STU deve ser oposição aos governos Jonas Donizetti, Alckmin e Dilma que atacam aos direitos dos trabalhadores

Em razão do limite de tamanho da tese, os demais temas estarão contemplados nos textos de contribuição ao congresso.

Assinam a tese:

Os Diretores do STU Marina Rebelo (AEL), Osvaldo (RU) e Sandra Ramos (CDC);

Trabalhadores da Base: Maria Edith (CAISM), Toninho Alves (PRG - FASUBRA), Josué (IA), Ana Paula (IA), Evandro (IA), Henrique (DGA-Gráfica), Danilo Negretti (CDC), Teresinha (CDC), Pinheiro (aposentado), Dayse (aposentada), Odete (aposentada) Rose (IQ), Antônio Carlos (RU), Mike (FE); Klélia (IB), Bianca (IB); Fernanda (BC), Rose (BC); Rosana Aranha (CECI), Tati (CECI), Marli (CAS), Civaldo (HC), Jamilson (FCM); Valeria (IEL), Roberta (IEL); Renata (IEL), Dorinha (FOP), Antônio Carlos (Limeira) Thiago (FEM); Santão (IFCH), Orlando (CPQBA)k Gilberto (DGA), Antônio Augusto Ferreira (CMU); Nuri (CDC), Mario Jorge (Aposentado), Gonzaga (FEF), Vivien (IB), Edson KF (IA), Flávia (CAISM), Adriana (Serviço Social-HC), Gustavo Sampaio (DGA), Gilberto (DGA), Fernando (DGA), Geraldo (Patrimonio/HC), Jose (Patrimonio HC), Mendes (DEM/HC), Fernanda (BC), Cipriano (FEC), Miguel

(FCM), Rafael (CCUEC), Vera (HC), Stefani (CDC), Franceli (HC), Odair (RU), Antonio G. (RU) Raimundo Nonato(RU), Deoclides (RU), Magali Mendes (Cis Guanabara), Ivaldo (IA), Beto Roldan (IA), Miriam Roberta (HC), Antonio Carlos (RU), Eliane (CAISM), Paulinho (FEF), Anderson (IA), Jorge Ramos (aposentado) e Armando (aposentado).